

OS EVENTOS CIENTÍFICOS COM ESPAÇOS INFANTIS - OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO DE MULHERES-MÃES-CIENTISTAS

Camila Martins Januário de Freitas

Carmen Lucia Ferreira Silva

Valter Machado da Fonseca

Introdução

A dinâmica vivenciada por mulheres mães nos espaços acadêmicos científicos no Brasil, colide com o enfrentamento de velhos desafios moldados pelo preconceito de gênero, do patriarcalismo e sexismos enraizados na cultura da sociedade. A história de luta feminista relata a organização de mulheres que adentraram o campo das lutas sociais mediante coletivos, para garantia e conquista de direitos, como o direito ao trabalho, ao voto, à não violência e à aprendizagem. Esses direitos explanados são legítimos em alguns países, como o Brasil, mas não são garantidos ao nível mundial. Além disso, a efetivação dessas conquistas na realidade do dia a dia é, em demasia, omitida e violada.

Historicamente, no Brasil (e igualmente em outros países), o campo educacional e especificamente as instituições de ensino eram voltadas para homens, filhos de grandes proprietários de terra. Hoje, após décadas de políticas públicas de inclusão das camadas populares para a democratização do ensino, além das lutas encabeçadas pelos movimentos sociais, de inclusão dos oprimidos e oprimidas, o cenário revela outra face de um mesmo campo. Atualmente, a presença feminina nos campos educacionais expandiu, do ensino básico ao superior, em maiores porcentagens comparadas à masculina.

Mesmo com todos os avanços conquistados pelas lutas para a afirmação de políticas públicas, as mulheres enfrentam desafios como, por exemplo, “balancear” e conciliar as diversas atividades que

mesclam os ofícios internos e externos da moradia durante o dia a dia. Ainda vivenciamos as raízes de uma sociedade baseada no patriarcado que, historicamente, elencou atividades destinadas para as mulheres no que tange aos cuidados do lar e da maternidade. Assim, em jornadas duplas, triplas, em que, essas mulheres atuam fora de casa, no mercado de trabalho (aqui incluímos a pesquisa), as atividades domésticas (como cuidados com a roupa, a limpeza da casa, alimentação etc.) além dos cuidados com os filhos. Essa sobrecarga gera desequilíbrio de gêneros, ocasionando desigualdades, pois as atividades destinadas aos homens ainda são fortemente relacionadas às externas, as profissionais, terceirizando as atividades do lar e dos filhos para suas parceiras, mães ou a alguém que será financeiramente paga pelo serviço.

Nos últimos anos, percebe-se o surgimento de uma alternativa para a inclusão de mães, pais ou responsáveis nos eventos científicos, como uma forma de inclusão e democratização desses espaços. Uma alternativa tem sido a utilização de espaços infantis, ou espaços *kids*, que vêm sendo timidamente aderidos aos eventos científicos com fins de inclusão de mães e pais nessas atividades acadêmicas. O Observatório Cajuína - Mulheres, Ciência e Comportamento, elabora de forma coletiva e participativa, uma carta aberta destinada aos criadores destes eventos científicos para que sejam acolhidas as mães e suas respectivas crianças nas atividades.

Assim, as reflexões alcançadas nesse texto fundam-se a partir da sistematização de ideias a partir de um levantamento bibliográfico em uma perspectiva de aprofundarmos no entendimento crítico do cenário feminino nos espaços acadêmicos. Visamos assim, contribuir para fomentar os estudos de gênero nos espaços científicos, além de políticas públicas voltadas para reforçar a garantia de direitos.

Por conseguinte, ressaltamos a importância de esses espaços serem cada vez mais inclusivos em toda sua abrangência, para que cada vez mais, mulheres e homens garantam o acesso e a permanência na educação, pensando também na democratização do ensino superior.

Breve histórico da educação feminina

O campo educacional, assim como demais instituições de poder, em seu surgimento, era um espaço focado para a atuação e presença dos homens, regido pela tradição de uma sociedade patriarcal. Desde o período do Brasil colônia, o cenário era composto de uma educação voltada para o âmbito masculino, sendo restrita para as mulheres e filhos primogênitos. Os estudos eram destinados aos homens que cuidaram dos negócios paternos (Ribeiro, 1993). As atividades femininas eram focadas no âmbito do cuidado materno e do lar.

Com o desenvolvimento econômico posto no país no século XIX, as instituições começaram a receber mais a presença feminina, mas, diferente do conteúdo destinado para os meninos, o ensino primário para as mulheres era focado em conteúdo da moral e social visando o padrão de mãe e esposa (Beltrão, Alves, 2009). Já o ensino secundário era eminentemente um espaço masculino, poucas mulheres adentravam a esse nível e, posteriormente, no ensino superior, era mais escassa a presença feminina (Beltrão, Alves, 2009).

As poucas mulheres que adentravam o secundário seguiam a carreira do magistério, atuando como professoras do ensino primário (Beltrão, Alves, 2009). Esse cenário contribuiu para que a instituição escolar se tornasse um espaço para uma demarcação de gênero, Bruschini (2007) indica que um dos guetos profissionais femininos é o campo educacional. O gênero predominante no cargo docente na educação básica, principalmente na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, se constitui predominantemente feminino¹. Com a adesão das mulheres aos cargos docentes, inicia-se um movimento de desvalorização da profissão, motivado pela

[...] associação da atividade de magistério a um “dom” ou a uma “vocação” feminina baseia-se em explicações que relacionam o

¹ Fonte: Inep – Censo Escolar 2017

fato de a mulher gerar em seu ventre um bebê com a “consequente função materna” de cuidar de crianças; função esta que seria ligada à feminilidade, à tarefa de educar e socializar os indivíduos durante a infância. Dessa forma, a mulher deveria seguir seu “dom” ou “vocação” para a docência (Rabelo, Martins, Aveiro, 2010, p. 6168).

O início do século XX ainda é marcado pela presença dos homens nos níveis secundário e superior nas instituições de ensino (Beltrão, Alves, 2009). Somente com o avançar das décadas de 1990, na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações sociais ocorridas no país” (Beltrão, Alves, 2009, p. 131). Isso se deve às políticas públicas que intensificaram o incentivo e popularizaram o acesso à educação básica, visando à universalização.

Avançando e ocupando espaços de direito nos níveis de ensino, a mulher brasileira passa a ter novas feições no que tange à sua atuação e foco. Bruschini (2007) em estudos levantados que no século XX e os primeiros anos do século XXI mostram um novo perfil das mulheres trabalhadoras:

[...] velhas, casadas e mães – revelando uma nova identidade feminina, voltada tanto para o trabalho quanto para a família –, de outro, permanecem as responsabilidades das mulheres pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e outros familiares (Bruschini, 2007, p. 538).

Adentrar no nível superior de educação, foi uma conquista alcançada pelas mulheres, que revertem o quadro para que sua presença se tornasse majoritária, atingindo 62% da parcela (Bruschini, 2007). Já na pós-graduação stricto sensu, cenário também apresenta um aumento significativo do número de mulheres discentes nestes programas, alcançando 54,29% das vagas totais (Lopes, 2021). Segundo Grossi et.al (2016), dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos em Ciências e Tecnologia e Inovação (CGEE), demonstram que o

Brasil é um dos países que atingiram a marca de igualdade de gênero no que tange ao nível de formação educacional.

Quando a análise passa de discentes para docentes femininas no Ensino Superior, em 2019 o Censo da Educação Superior retrata uma porcentagem de 46,8% das docentes mulheres atuando no ensino superior no Brasil. Embora os dados apresentados demonstrem uma perspectiva de avanço do cenário da igualdade de gênero, não se deve ocultar os problemas e desafios enfrentados pelo público feminino.

Mesmo que os números demonstrem o avanço da presença e atuação de mulheres nas carreiras acadêmicas, ainda persistem os “tetos de vidro” (Silva, 2014), sendo degraus ou barreiras nas quais as mulheres possam ter ascensão profissional da mesma forma que os homens (Silva, 2014). Assim, como em outros espaços, a área da pesquisa é baseada no “modelo de carreira masculino” (Velho, (2006 apud Silva, 2014, p. 451), o qual exige um maior comprometimento do tempo para uma maior produtividade (Silva, 2014), entrando assim, em choque com a realidade de muitas mulheres. A divisão sexual do trabalho ainda é uma realidade persistente e ativa, principalmente no campo das ciências, consideradas “duras” como as exatas e as engenharias. São áreas do conhecimento que, durante muitos anos, foram consideradas espaços exclusivamente masculinos.

Em estudos emergidos por Farias (2018), apontam-se hipóteses sobre o distanciamento na relação da mulher e a produção científica. A primeira hipótese indica ser resultado da ausência de incentivo na infância e a outra hipótese, a maternidade (Farias, 2018). Estudos apresentados por Farias (2018), ao solicitarem que crianças desenhassem representações de pesquisadores e cientistas, as imagens mais reproduzidas foram daquele estereótipo de um homem, idoso, de cabelo branco.

Esse fato pode ser constatado pelas bolsas de produtividade ofertadas pelo CNPq, em categorias 1A e sênior, as consideradas mais altas, nas quais os homens ganham cerca de 75% (Farias, 2018). Ou seja, a predominância dos homens nos níveis mais altos de atuação no

campo da produção científica ainda se mantém mesmo com todos os avanços alcançados pelo público feminino.

Já no que tange ao rendimento do trabalho, os dados estatísticos do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero – CMIG, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2009, cargos como diretores profissionais das ciências e intelectuais, há uma diferença considerável, visto que, as mulheres receberam cerca de 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens.

Percebe-se, ao analisar a evolução do histórico de mulheres no campo educacional, auferem-se avanços consideráveis. A instrução coletiva por meio da escolarização crescente de meninas e mulheres, somada às políticas públicas que defendem e resguardam os direitos femininos nestes campos, contribuiu para diminuir os números gritantes das desigualdades de gêneros construídas ao longo da história.

Entretanto, apesar de muitos avanços e evoluções nos níveis de escolaridade femininas no Brasil, resultando em maiores índices de mulheres com maior escolaridade e menos presença de analfabetismo no gênero feminino, observam-se ainda, grandes disparidades ao comparar os rendimentos do trabalho. Percebe-se que, mesmo ocupando o mesmo cargo do homem, as mulheres tendem a receber menos do que eles. Ainda estão enraizadas as ideias e concepções de que mulheres são mais sensíveis, são mais fracas e, pela possibilidade de gestar crianças, não são capazes e dignas de receber em igualdade com os homens.

Seguiremos agora, analisando o cenário que mulheres-mães-cientistas² enfrentam no desempenho das múltiplas tarefas que envolvem diversos cenários, o lar, a escola, o local de trabalho, envolvendo inúmeros autores, como família, escola, patrão(s)/patroa(s).

² Adotou-se a utilização da junção das palavras mulheres-mães-cientistas devido ao entendimento de que a mulher pode optar por ser mãe ou não, de escolher qual cargo atuar, mas que, quando se é mãe, não deixa de ser mulher, quando se é cientista, não deixa de ser mulher e mãe.

Mulher – Mãe – Cientista

O contexto histórico dos papéis sociais das mulheres, acompanha as modificações das relações de produção da sociedade. Como ressaltado anteriormente, atributos e responsabilidades foram condicionados aos homens e às mulheres de acordo com os pressupostos da ideologia burguesa (Toledo, 2008). Assim, podemos entender que a associação da mulher ao instinto materno como algo advindo de sua natureza é algo complexo de ser afirmado, visto que, se configura mais como um constructo social. Segundo Toledo:

A ideologia burguesa do amor maternal mostrou toda a sua hipocrisia ao ser imposta para as mulheres de todas as classes sociais, mas só valer de fato para a mulher burguesa, que tinha condições materiais e espirituais para ser mãe. As mulheres que não eram da burguesia foram confiscadas pelo capital e transformadas em força de trabalho. E com seus filhos! (Toledo, 2008, p. 37).

A ligação da mulher ao maternar se torna uma questão de classe. Mulheres burguesas favorecidas economicamente, poderiam cumprir as funções instituídas na maternidade, dedicando tempo e os cuidados aos filhos ou até mesmo, terceirizando essa função a uma outra mulher que seria remunerada para isso. As mulheres das classes populares, que adentram o mercado de trabalho, precisam adaptar a maternidade, o trabalho nas fábricas, e as demais tarefas domésticas.

A dinâmica familiar se modificou. Simões e Hashimoto (2012) descrevem que ocorreu uma ruptura dos papéis familiares, devido aos processos de urbanização, desenvolvimento da sociedade e da entrada das mulheres cada vez mais no mercado de trabalho. Há uma ruptura nos papéis afixados para mulheres e homens, agora os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças não eram tarefas somente exercidas pelo feminino, além disso, com o aumento dos divórcios, novas configurações familiares surgiam (Simões e Hashimoto, 2012).

Aumenta-se a autonomia da mulher (Simões e Hashimoto, 2012), fortalece-se sua independência financeira, a possibilidade de finalizar relações afetivas, entretanto, o cenário pouco se altera no que tange ao trabalho doméstico. As atividades do lar ainda são fortemente demarcadas pela divisão sexual do trabalho, com o predomínio de mulheres exercendo essas tarefas, sobrecregando-as.

Analizando a atuação das mulheres mães na carreira científica, ser mulher-mãe-cientista em espaços concebidos em dinâmicas e demandas que requerem uma dedicação quase exclusiva e a medida baseada por produtividade, “se equiparando ao mercado privado no quesito competitividade, a maternidade passa a ser um obstáculo a mais para ser transpassado para a mulher conseguir se afirmar como pesquisadora prestigiada” (Farias, 2018, p. 8).

Mulheres mães, que não possuem uma rede de apoio (essas redes de apoio podem ser financeiramente pagas ou auxílio de algum familiar e/ou amigos), para assistência nessas jornadas, tendem a participar em menores proporções em atividades profissionais. Gomes (2020, p.27) aponta que “as mulheres que estão com outras tarefas além do trabalho remunerado encontram-se em desvantagem em relação ao tempo de dedicação aos estudos, pesquisas, viagens e isso colabora para estarem com menos acúmulo de capital”.

As políticas e as ações de programas instituídos pelo Estado ganharam força nas últimas décadas aqui no Brasil, favorecendo e fortalecendo os estudos de gênero. No caso das mulheres, mães pesquisadoras, o desafio de participar de eventos acadêmicos-científicos, principalmente em cidades nas quais não se reside, tende a ser mais complexo, visto que gera tensão para conciliar entre as atividades profissionais e a responsabilidade materna.

Mulheres e mercado de trabalho – breve histórico

Segundo um histórico mais recente das sociedades capitalistas, as mulheres eram destinadas às responsabilidades dos serviços e atividades que remetiam aos cuidados do lar e da família. Cortar,

costurar, cozinhar, cuidar das crianças, lavar roupas, etc. o casamento e a constituição de uma família monogâmica eram destinados ao gênero feminino. As características atribuídas às mulheres, como cuidadosas, delicadas, amorosas, imbuídas do instinto maternal, justificavam essa incumbência às mulheres.

Entretanto, é importante ressaltar que esses ‘papéis’ atribuídos ao gênero feminino são determinados pelos próprios homens e suas formas de organização institucional e histórica da sociedade. Segundo Mead, 1973, apud Toledo, 2008, em estudos antropológicos sobre gênero, investigando as diversas culturas que existiram no mundo, verificou-se a existência de tribos em que mulheres e homens exerciam papéis igualitários ou que na sociedade burguesa capitalista seriam “papéis trocados”, ou seja, as responsabilidades e funções não são determinadas pela natureza da sexualidade, mas construídas através da cultura, dos costumes, dos modos de produção no qual a sociedade institui.

Compreendido que as funções de gênero são construídas e determinadas pela sociedade e o contexto histórico em que se está inserido, passamos a analisar o contexto do advento da sociedade capitalista, pela mudança dos meios e modos de produtividade de existência e produção.

Com o advento da Revolução Industrial no século XVIII na Inglaterra, as atividades destinadas às mulheres passaram a estender novas funções, expandindo os serviços domésticos para a introdução no mercado de trabalho. A introdução das maquinárias nos processos de produção, retirou a necessidade determinante da força muscular para execução das atividades, ampliando as possibilidades de que as mulheres e também as crianças adentrassem como operárias nessas indústrias (Toledo, 2008).

À primeira vista, entende-se que a introdução da mulher no mercado de trabalho colaborou para ressignificar o papel feminino, visto que, agora, as mulheres poderiam obter salários e ampliar funções instituídas socialmente. Entretanto, Toledo (2008), ao analisar as ideias de Karl Marx entre a relação de gênero, capitalismo e relações de

trabalho, entende que esses avanços são planos do Capital para alcance do seu objetivo central: a obtenção de lucro.

Com a entrada da mão de obra feminina no mercado de trabalho, amplia-se a mais valia absoluta, aumentando a jornada de trabalho e não necessariamente o salário dos trabalhadores e trabalhadoras, aumentando também o consumo de produtos prontos (comida, vestuário, por exemplo), (Toledo, 2008), fazendo a mercadoria ser cada vez mais necessária, ampliando sua circulação, pois agora existe um “vazio no seio familiar” (Toledo, 2008), deixado pela ausência de uma pessoa para executar as atividades domésticas, tarefa quase exclusiva de gênero feminino.

Toledo (2008) comprehende que a mulher não nasceu oprimida, entretanto, as mudanças econômicas e dos meios de produção, e com o surgimento da noção a propriedade privada, potencializam essas situações de opressão e desigualdades. A autora ainda entende, a partir das ideias presentes de Marx, que não será nesse tipo de sociedade (capitalista) que mulheres deixarão de sofrer opressões e alcançarão sua liberdade (assim como os outros oprimidos e esfarrapados do mundo Freire, 2015).

Com o avançar do processo de globalização e da flexibilização do modo de produção, há um novo cenário, que, por um lado, aumenta as qualificações, mas aumenta também o desemprego e a precariedade do trabalho. Toledo (2008) demonstra que houve um aumento de trabalhadores precários, e grande parte composta por mulheres, assim não ocorreu “a feminização do mercado de trabalho e sim uma diferenciação no emprego de homens e mulheres” (Toledo, 2008, p. 60).

É interessante trazer a ideia de “força de trabalho secundária” (Abramos, 2007), que atribui a entrada da mulher ao mercado de trabalho, devido a alguma falha do papel do homem em prover as necessidades econômicas do lar. Segundo Abramos (2007), essa seria a motivação em alguns países para justificar que a remuneração das mulheres seja menor do que a recebida pelos homens. Segundo o mesmo autor (2007), após a recuperação econômica do homem, se

restabelecendo, a mulher tenderia a abandonar o trabalho, não sendo assim, o salário sua fonte primária de renda. Dessa forma, cultivou-se a ideia de que o trabalho da mulher seria algo provisório, sem uma necessidade real para sustento da família.

Entretanto, essa justificativa não é coerente, visto que muitas famílias necessitam da renda salarial das mulheres para sustentação do lar, sendo essas muitas vezes a principal fonte de renda. Além disso, o trabalho exercido pela mulher, independente da utilização do salário, deve ser remunerado de acordo com critérios igualitários ao sexo masculino, sem discriminação.

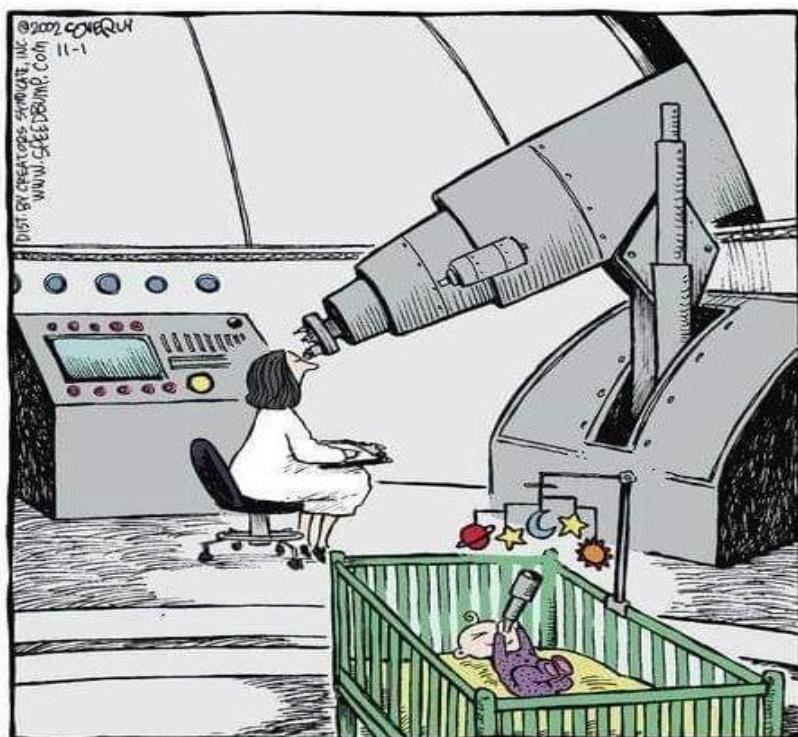
Outro fator que devemos considerar na relação mulher e mercado de trabalho é a maternidade. Essa também vai se constituindo uma motivação para que o trabalho da mulher seja considerado secundário. Segundo Abramos:

O impacto dessa maternidade biológica sobre o desempenho das mulheres no trabalho é muito ampliado pelos estereótipos relativos ao desempenho de homens e mulheres: a imagem dominante é a da existência de um "risco" permanente de gravidez entre as mulheres trabalhadoras, desconhecendo o dado objetivo de que o número de filhos por uma mulher na força de trabalho vem se reduzindo significativamente nas últimas décadas" (Abramo, 2007, p. 54).

Até os dias atuais, a maternidade é um elemento que influencia a contratação das mulheres em cargos empregatícios. Quando uma mulher realiza uma entrevista de emprego, independente de qual setor e cargo, são comuns perguntas direcionadas a ela, como: você tem filhos? Pretende ter filhos nos próximos anos? Ou sobre a possibilidade da mulher estar à disposição caso necessitem de ficar além do horário acordado, entre outras³. Essas perguntas não são comuns ou jamais ocorreriam se o candidato ao cargo do trabalho fosse do sexo masculino.

³ A autora relembra fatos sobre sua vida profissional.

Figura 1. Carta aberta – manifestação de mulheres mães cientistas



Fonte: Observatório Cajuína - Mulheres, Ciência e Comportamento/2019.

O observatório Cajuínas é composto por uma equipe de mulheres, algumas, mães, psicólogas e analistas do comportamento que se propuseram a debater sobre “sua existência nesse lugar” (Observatório Cajuínas/d), e refletindo sobre “a que será que destina?” (Observatório Cajuína, s/d). Essas questões trazem alusões sobre as temáticas trabalhadas nos debates e discussões pautadas pelo coletivo, como gênero, maternidade, feminismo, entre outras pautas.

Esse coletivo de mulheres, aprofundadas pelos embasamentos teóricos, vivências do cotidiano e das práticas profissionais, se reuniu e elaborou uma carta coletiva na qual expressam sua manifestação à comunidade de analistas do comportamento, intitulada como “Carta aberta à comunidade brasileira de analistas do comportamento: Como incluir mães nos congressos”.

Na redação da carta é enunciado e denunciado que, mesmo com os muitos avanços e conquistas, ainda existe a invisibilidade de tarefas e atividades que ainda são entendidas pela sociedade como destinadas a serem executadas por mulheres. São atividades afetivas, como já citadas anteriormente, como cuidados com a higiene das roupas, a produção das refeições, a criação dos filhos, etc.

O debate central apresentado na carta trata da participação de mulheres mães em congressos e eventos científicos da área de análise do comportamento. Ressaltam que, quando esses espaços e outros, excluem a presença da criança, estão excluindo também a participação das mulheres mães cientistas. Concordamos com Aquino (2006, p.12) que a “ciência se estruturou, então, em bases quase exclusivamente masculinas, com um enorme desperdício de potencial humano e a produção de conhecimentos profundamente marcada por um viés androcêntrico”. A ausência dessas mulheres na produção e divulgação da ciência gera, além da exclusão e segregação dos espaços entre gêneros, acarreta também a diminuição da produtividade e dos avanços científicos.

Pensar na inclusão dessas mulheres nesses espaços ainda é uma questão incipiente para os eventos científicos que, de forma geral, são poucos que promovem infraestrutura como os espaços *kids* para acolhimento das mães e seus filhos. As Instituições de Ensino necessitam, conforme apresentado na Carta, de minimamente, ofertar um suporte moral “protetendo institucionalmente essas mulheres dos olhares e ações” (Observatório Cajuína, 2019). Necessita-se que, a presença das mães e seus filhos nesses eventos seja institucionalmente garantida para que essas mulheres se sintam de fato, acolhidas para evitar constrangimentos e repreensões. A carta elenca algumas possibilidades para a inclusão de mães-cientistas ao sugerir alguns insumos e estruturas que seriam minimamente inclusivos, conforme destacado no quadro 01.

Quadro 1. Estruturas mínimas e ideias para a inclusão de mães cientistas

ESTRUTURAS MÍNIMAS
Aceitação de bebês e crianças em sala de aula
Sala para ordenha e amamentação (de preferência, um espaço frequentado somente por mulheres) e trocador acolchoado
Livre acesso aos locais do evento, sem custo adicional, para um acompanhante que seja da família do bebê ou funcionário (a) da família;
Garantia de livre amamentação em todos os locais do evento.
Diretrizes claras antes do evento de qual será a estrutura disponível.
ESTRUTURAS IDEAIS
Espaço kids com tapetes de EVA e presença de monitores
Acesso à cozinha do local para uso de micro-ondas
Acesso à pia limpa para higienização do equipamento de ordenha e dos utensílios do bebê.
Acesso a frigobar ou refrigerador para armazenamento de leite materno ou de comida do bebê;
Que o hotel do evento possua quartos com berço para que pais possam se hospedar no mesmo local ou que existam parcerias com hotéis próximos que tenham berços disponíveis.
Que o hotel do evento tenha quartos com frigobar ou que existam parcerias com hotéis próximos que possuam.

Fonte: adaptado de (Observatório Cajuína, 2019)

Figura 2. Demonstração de um espaço Kids



Fonte: <https://feriasnowblog.wordpress.com/2014/07/23/15-restaurantes-para-ir-com-a-criancas-em-curitiba/>

Quando lemos os itens referentes às estruturas mínimas, percebemos o quanto a realidade das mães, de uma forma geral, ainda é invisível pela sociedade, pois essas condições ainda são de pequenas proporções nos espaços públicos sociais de uma forma geral.

A dinâmica dos espaços acadêmicos ainda se constitui predominantemente masculina, com seus tempos, espaços e noções de produtividade. Ainda imperam noções como a assertividade masculina ser bem interpretada e a assertividade feminina como sinal de arrogância, além das hierarquias acadêmicas nas ocupações de cargos mais altos serem predominantemente masculinas (Aquino, 2019).

Mas para se pensar em uma real inclusão das mulheres na produção científica, a pauta deve sobressair aos muros das universidades e ambientes científicos, para começar a discussão em políticas públicas que incentivem desde o ambiente escolar a promoção e incentivo de meninas e meninos para a produção científica.

Em estudos emergidos por Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019), constatam que a Base Nacional Comum Curricular não apresenta orientações sobre questões de gênero, silenciando a discussão e a inclusão de debates e atividades que façam alusão à temática. Além disso, Aquino (2006) comprehende que os currículos escolares deveriam romper com os velhos ciclos da dominação simbólica no que se refere às escolhas profissionais das meninas e meninos. Ou seja, romper as atribuições das carreiras profissionais que envolvem o cuidado e o ensino às mulheres, e atividades consideradas ‘brutas’ como exclusivamente masculinas.

Considerações finais

Ainda há muito a caminhar no que tange ao direito das mulheres na sociedade, e especificamente no campo da produção científica. A invisibilidade das atividades efetivadas em sua grande porcentagem por mulheres precisa ser debatida nos ciclos sociais para melhor enfrentamento da questão, para que velhos construtos sociais sejam desconstruídos e adequados para a nova realidade social.

Assistimos nos anos recentes que, quando um governo de cunho mais conservador assume ao poder, se torna um momento de resistência por parte dos grupos minoritários que lutam para resistir. A luta por garantia e efetivação dos direitos é constante, não podendo ceder às ameaças e ataques que sofre ao longo dos anos. Entre esses ataques, as questões de gênero são atacadas e diminuídas, mediante discursos conservadores que fazem alusão ao patriarcado e machismo.

As políticas públicas que regem os direitos das mulheres devem considerar as necessidades reais e as demandas para que a real inclusão e garantia da igualdade das cidadãs sejam efetivadas. É necessário se pensar que, se partimos de pontos diferentes, os critérios de acolhimento e garantia devem também se adequar a essas disparidades.

Iniciativas como a aplicação e a garantia de espaços infantis em ambientes científicos podem trazer e garantir a presença de mais mulheres mães nesses espaços, principalmente para aquelas que não contam com redes de apoio, ou são mães solas. Os retornos de produtividade científica efetivada devem ser devolvidos para o próprio país que tende a avançar em questões sociais.

A carta escrita pelo coletivo de mulheres do Observatório Cajuína é uma das iniciativas a se pensar que ainda, em pleno século XXI, a maternidade é um desafio para se pensar e conciliar a carreira profissional e a construção de uma família. Necessita-se cada vez mais que mulheres adentrem aos espaços de hierarquia e representatividade política para a luta em prol dos direitos de tantas mulheres e crianças nesse país.

Referências

AQUINO, Estela ML. Gênero e ciência no Brasil: contribuições para pensar a ação política na busca da equidade. *Pensando gênero e ciência*, p. 11-24, 2006.

ABRAMO, L. W. A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária? (*Tese de Doutorado em Sociologia*). São Paulo: USP, 2007.

GROSSI, M. G. R., BORJA, S. D. B., LOPES, A. M., & ANDALÉCIO, A. M. L. As mulheres praticando ciência no Brasil. *Estudos Feministas*, 24(1), 11-30, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Estatística de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil 2ª Edição.

2021. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf Acesso: 25 de out. de 2023

LOPES, Cristiano Aguiar; LOPES, Bárbara Aguiar. *Pós-graduação stricto sensu e produção científica no Brasil entre os anos de 2000 e 2018*. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, 2021.

OBSERVATÓRIO CAJUÍNA. Carta aberta à comunidade brasileira de analistas do comportamento: como incluir mães nos congressos. Observatório Cajuína, Mulheres, Ciências e Comportamento. 2019. Disponível em:

<https://observatoriocajuin.wixsite.com/cajuina/post/escreva-seu-blog-pelo-desktop-e-pelo-mobile>. Data de acesso: 05 de novembro de 2023.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. *Paidéia* (Ribeirão Preto), p. 15-30, 1993.

SILVA, Elizabeth B. Gênero e Ciência: Interpretações feministas e distinções locais. *Arbor*, v. 181, n. 716, p. 463-470, 2005.

SILVA, Caio Samuel Franciscati da; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Base Nacional Comum Curricular e diversidade sexual e de gênero:(des) caracterizações. *Revista Ibero-americana de estudos em educação*, p. 1538-1555, 2019.